



# PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NA MORFOLOGIA DO TRABALHO DOCENTE E NO AMBIENTE ORGANIZACIONAL DE UNIVERSIDADES PÚBLICAS FEDERAIS NO PARÁ

Rita de Cássia Ferreira de Vasconcelos <sup>1</sup>  
Luciana Rodrigues Ferreira <sup>2</sup>

## RESUMO

Este trabalho propõe a identificar as mudanças no mundo produtivo que associem à racionalidade produtiva das políticas educacionais e seus desdobramentos nas universidades federais, a fim de compreender a reestruturação no trabalho docente e no ambiente organizacional. Neste sentido, discutir essa questão no campo educacional é compreender a informalidade e a imaterialidade no desempenho do trabalho docente e da sua existência na superexploração do mundo produtivo, fazendo uma investigação do Valor do Trabalho como categoria social seu debate Marxista e da Sociologia do Trabalho constituam mutações de mais-valor ocorridas no setor da educação superior. A partir das mudanças ocorridas no conhecimento e os efeitos da inovação organizacional do trabalho presente nas políticas de educação superior no país, estreitou-se a investigação junto a quatro universidades públicas federais no estado do Pará, de forma qualitativa e exploratória aos pressupostos do materialismo dialético, utilizando métodos bibliográficos, bibliométricos e mapeamento de dados abertos como INEP, CAGED, SIPOE/ME, entre outros, sobre a forma de organização e condição do trabalho docente. O resultado evidencia pontos de conflitos sociais na reestruturação organizacional presente nas universidades, particularmente nos protocolos institucionais, além disso, identificou efeitos de intensidade nas condições do trabalho docente, e precarização no mercado de trabalho. Como complemento aos resultados, desperta uma emancipação dialética da função social da universidade e do papel do trabalho docente.

**Palavras-chave:** Mundo Produtivo, Políticas Públicas, Educação Superior, Morfologia do Trabalho Docente.

## INTRODUÇÃO

Tendo em vista, as novas práticas produtivas no campo do desenvolvimento do conhecimento econômico ocorrida nos anos finais do século XX e as novas configurações da reestruturação produtiva, o objeto da pesquisa é compreender o seu avanço junto as políticas públicas e as novas definições sobre as formas e organização do trabalho em escala global por meio de arranjo legal e institucional, e como possível resposta, a indução de um regime político de Estado e do setor empresarial de interação no processo de expansão econômica, apoio à inovação e aprofundamento da educação superior na expansão do capitalismo.

---

<sup>1</sup> Docente do Instituto Federal do Pará, Doutora em Administração pela Universidade da Amazônia- UNAMA, rita.vasconcelos@ifpa.edu.br.

<sup>2</sup> Docente orientadora da Universidade da Amazônia, Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos -UFSCA, luciana.ferreira@unama.br.



Esse regime racionalizado foi então, capaz de alocar junto ao setor educacional, a questão política a um consenso social de ocupação nas Instituições de Educação Superior (IES) e o papel de ser dos trabalhadores da educação em confluência com os resguardos políticos do governo brasileiro a partir dos anos de 1990. Induzidas, no seu dia a dia, por metas estratégicas e inovadoras voltadas ao conhecimento e à tecnologia de vanguarda, se veem em conflito de um determinismo no tocante ao interesse de seu papel fundamentalmente social frente à adaptação institucional e organizacional de novas técnicas de gestão de trabalho presente na mudança econômica no mundo do trabalho (Pinto, 2010, 2013).

Como proponente o modo produtivo, responsável pela execução de novos valores e formas de organização na gestão do trabalho presente nos diversos setores produtivos e, concedente de avaliações e prestações de metas e indicadores, marca o custo social do seu aceitante - o docente - como fornecimento de força de trabalho e conhecimento da reestruturação (reforma) da educação superior, realizando um propósito voltado para o seu caráter subjetivo, por meio de conceitos e práticas organizacionais da intensidade do trabalho comparada ao sistema toyotismo (Alves, 2007).

Configurada a fundamentação da leitura, respaldamos no peso dado à educação superior e no “conjunto da obra” das políticas educacionais que, no contexto do conhecimento econômico, tem valor analítico acerca da proposta ideológica neoliberal e das formas estratégicas da expansão por parte de um Estado comprometido e enviesado em orientações internacionais do Banco Mundial (2002) ao que se denomina de elementos-pilares da Economia do Conhecimento, ativo ao projeto de desenvolvimento do conhecimento econômico volta aos países, acesso à modernização tecnológica e à qualificação do trabalhador.

A esse movimento chamo de adaptação econômica e política da educação e inovação ocorrida nos anos de 1990 as novas formas de organização do trabalho e suas mazelas. E como ponto de centralidade, a discussão sobre a reforma do ensino superior e das reformas de expansão das IES e seus desdobramentos sobre tempo e rotina, controle e qualificação, produtividade e promoção como representações sócio metabólicas ocorrida nas reformas nos países.

Diante do exposto, o percurso deste estudo está na reflexão sobre o movimento do trabalho docente no processo de expansão da educação superior no país, em meio à posição do Estado, vinculado a um fator de impacto e significado das políticas públicas de reestruturação da educação superior ocorridas no país nas últimas décadas. A partir do que se tem sobre a formação do trabalho docente, questiona-se: “*em que medida as dimensões da reestruturação*



*produtiva se relacionam com as políticas educacionais e seus desdobramentos no trabalho docente nas universidades federais?*

Implicando-se na proposição o objetivo geral é identificar as mudanças no mundo produtivo que associem à racionalidade produtiva das políticas educacionais e seus desdobramentos nas universidades federais, a fim de compreender a reestruturação no trabalho docente e no ambiente organizacional de universidades públicas federais no Pará.

Mantendo-nos na categorização da organização do trabalho, o trabalho justifica que as inovações organizacionais ocorridas na formulação das políticas educacionais do ensino superior ao permitirem novos ordenamentos políticos, econômicos e institucionais regem a intensidade do trabalho docente e, sobretudo, o sentido social de ser, na morfologia do trabalho docente nas universidades no país. Analisada na perspectiva sociológica, o fator trabalho nas IES torna-se desafio na totalidade da organização acadêmica e no desenvolvimento social da educação superior.

## **AS ORIENTAÇÕES POLÍTICAS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E O NOVO MUNDO DO TRABALHO**

Essa nova interface da atuação do governo com o mercado na determinação da educação superior, em termos de desenvolvimento, é fomentada na eficiência sugerida, e no papel das políticas públicas na ação de regulamentação de arranjos institucionais à manutenção de um padrão internacional de desenvolvimento econômico e, em conjunto, a intensificação das condições sociais do trabalho. Quando demarcada economicamente na nova reestruturação produtiva sua agenda política institucional e técnico-organizacional reúne o uso do conceito de subjetividade do trabalho e do racionalismo produtivo a fatores de intensidade.

Esse percurso é assumido no desenvolvimento da educação superior no país, e atendeu, em nome da democratização do direito social e da garantia de acesso à educação, um sistema de educação pautado na Reforma Universitária de 1968, na Lei de Diretrizes e Bases (LDB), na Constituição Federal de 1988 (CF/88) e no Plano Nacional de Educação (PNE). Sobre a função docente do magistério Superior e a reestruturação produtiva sobre a qualificação e contratação, remuneração e carreira destacamos a Lei nº 10.861 de 2004 que “Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES ” e a Lei nº 12.863 de 2013 que “Estabelece a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, sobre a Carreira do Magistério Superior – PCC”.



Cabe, ainda, validarmos a sua investigação no campo das políticas públicas, situada na capacidade de ação no Estado brasileiro que, em condição periférica, põe inferência global nas ações de financiamento da educação superior, da formação do trabalho, da qualificação, de infraestrutura de tecnologia e inovação política pública e sobre o conhecimento econômico, no âmbito da reforma da educação superior e, no debate, as universidades públicas.

Dito por Antunes e Pinto (2018) a “fabricação” da educação e da pesquisa ficam comprometidas exclusivamente a uma aprendizagem sob o controle de ideias econômicas, desempenho empresarial, ou seja, o custo social da “educação requisitada atualmente pelo capital deve ser “ágil”, “flexível” e “enxuta”, como são as empresas geridas pelo sistema toyotista” (ANTUNES E PINTO, 2018, p. 84).

Essa consolidação da política pública de eficiência foi apresentada no Sistema Federal de Educação do país, expressando mediações da intensidade do trabalho docente que vêm afetando um verdadeiro estágio de apreensão, pois além da adesão dada à regra de avaliação das IES estabelecida no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), consolida um fetiche e “obrigará os alunos e docentes a serem produtivos e rápidos, o que os impediria desfrutar da cultura político-institucional do momento de sua titulação no contexto da apropriação da cultura da educação superior” (SILVA JÚNIOR, 2006, p. 87).

Sobre o trabalho docente o desafio da reestruturação está na forma de organização da expansão do ensino superior que no alcance do seu aporte político, neoliberal e econômico contemporâneo, “abasteceu” as novas relações sociológicas da identidade funcional do trabalho docente junto às IES. Se considerarmos os dados extraídos da sinopse do CenSup (2022), os resultados sobre docente, instituições e matrícula, intrinsecamente, geram uma morfologia do trabalho docente, e a formação do mercado de trabalho de massificação na ocupação pela expansão do ensino superior.

Primeiramente, a formação de um mercado empresarial, efeito da expansão do ensino superior brasileiro e de seu processo de privatização. Em 1995 o total de IES no país era de 894, passando para um total de 2.574 IES em 2021, o que significou uma variação de quase 190%. Para abastecer esse mercado, na forma de oferta de novas matrículas a demanda por trabalhadores docentes seguiu uma tendência positiva na movimentação de contratação, ressaltando um acréscimo de 145.290 docentes, em 1995, para um total de 315.928 docentes em 2021, ou seja, um crescimento de quase 118%, o que representa uma relação direta de contratações e a movimentação de oferta de matrícula das IES. E segundo, ligada as questões morfológicas do trabalho o seu perfil da força de trabalho(docente) assim se apresenta:



contratação centralizada no setor privado, predominante do sexo masculino e, preferencialmente, com titulação *stricto sensu*.

Considera-se, a esse antagonismo, apresentado nas relações de força de trabalho docente, o processo de intervenção na vida social, que vincula a consciência realística teórica marxista do valor trabalho, posto que, frente à concentração de mais-valia, uma concentração de mais-trabalho, o que reverbera na intensidade social do trabalho, que necessariamente agrega valor ao capital (MARX, 2011, p.46). Essas explicações teóricas em Marx ressaltam “o desenvolvimento e as condições de crise da sociedade burguesa, fundada no modo de produção capitalista” (NETTO, 2011, p.17). Assim, o acréscimo teórico do marxismo é garantir que o objeto de estudo extraia seu conhecimento realístico - essência de sua estrutura e dinâmica, essencialidade essa presente no desempenho técnico na expansão da educação superior no país.

Em meio às mudanças do conhecimento econômico e reestrutura produtiva, a educação passou a ter seu campo de ação voltado para atender a agenda das novas tecnologias, do conhecimento codificado e da educação capitalista, voltado às aspirações no modelo de negócios em meio ao cenário de acessibilidade neoliberal, posto sua condição de formador de valor e de conhecimento incorporado (DOWBOR, 2020, p.29).

## **O DISCURSO ORGANIZACIONAL DO CAPITAL CONTEMPORÂNEO E A DESTREZAS METODOLÓGICAS DA INTENSIDADE DE TRABALHO**

Acompanha o discurso do conhecimento, a insurgência de novas tecnologias e dos novos produtos e serviços, exposto por Sotelo Valencia (2009) o “*conhecimento.com*” ocupa lugar e intensifica o trabalho morto. Em medida, a gestão estatal, nos modelos de serviços públicos mercantis e neoliberais aconteceu o que o autor chamou de “a flexibilização, a desregulamentação, a terceirização, as novas formas de gestão da força de trabalho, etc, presentes em grande intensidade” (SOTELO VALENCIA, 2009, p.23).

Portanto, há mais a ser mostrado do que apenas o desenvolvimento produtivo e tecnológico no mundo do trabalho. Oculto estão os impactos e os efeitos nos postos de emprego, autonomia nas atividades de trabalho, o que expõe a ação permanente dos sindicatos nos seus encontros, as legislações e proteções trabalhistas e salariais, o cenário macroeconômico e de estabilidade fiscal dos países, das públicas sociais de educação, seguridade, renda e trabalho (Amaral, 2003).

O movimento de reformas das políticas educacionais de expansão da educação superior no país não é recente e seguiu vinculado a debates de sua organização ligada a projetos



ideológicos, econômicos e culturais internacionais ao investimento do desenvolvimento capitalista, o que vêm sendo marcado por conflitos e desafios sociais junto às instituições de educação superior, e de compreendê-las no âmbito da morfologia do trabalho (Mancebo, 2004; Silva Júnior, 2001; Sguissardi, 2009; Guile, 2008).

Seu desafio é compreender essa arena histórico-conceitual e diferenciar o percurso operacional das políticas regulatórias da educação superior no país, voltadas à competição e ao valor de troca e os incrementos sociais nas universidades no país. Questões sobre metas e princípios organizacionais, que deriva intensidade e condições de trabalho efetivado com as regras e metas quanto a carreira, jornada trabalho e condições de contratação, que institucional e relacional, observa desigualdades, conflitos e poder de ação social, devem ser investigadas.

## **METODOLOGIA**

O construto metodológico teve como escolha teórica da pesquisa o materialismo histórico-dialético em Marx, a partir da abordagem do trabalho e da escolha das categorias para as bases conceituais da Sociologia do Trabalho no construto histórico-conceitual no contexto da Economia do Conhecimento, com seus pilares determinísticos econômicos e com ênfase nas ações das políticas educacionais desenvolvidas no país nas últimas décadas.

A abordagem foi qualitativa, a partir de análise documental e bibliográfica, Netto (2011); Gadotti (1995) e outros no ordenamento do procedimento metodológico, e no construto das análises conceituais e variáveis detalhadas. A partir da base de produções científicas consultada no Web of Science, foi utilizado o *CitnetExplorer* e o estudo bibliométrico a fim de resultar no acoplamento temático por co-ocorrência de palavras-chave, e de alcançar o direcionamento temático e a clusterização, como resultado do acoplamento bibliográfico dos 379 artigos o que apontaram um acoplamento bibliográfico de 69 itens, utilizando Software *CitnetExplorer*.

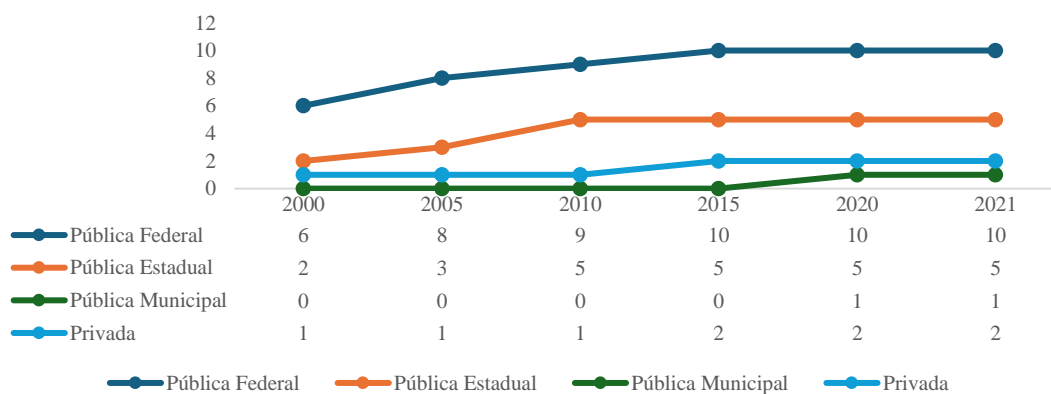
Quanto à amostragem, definiu-se o mapeamento das universidades na Região Norte da Amazônia brasileira, por dois pontos: a) o caráter socioeconômico de ocupação e, por conseguinte, os desafios territoriais da educação superior na Região Norte e por possui o menor quantitativo entre as demais regiões, com apenas 198 IES no total da sinopse CenSup /INEP/MEC (2022) e; b) quando detalhado por tipo de organização acadêmica com *status* de universidade, novamente a Região Norte ocupa o menor quantitativo, com 16 universidades públicas e 02 privadas, o que reverbera um chamamento de observação na forma de intensidade do trabalho nas universidades na região, e no campo social, enquanto fator de impacto na

produção do conhecimento. Definido o estreitamento a amostragem forma pesquisadas quatro universidades públicas federais no estado do Pará, por ser o estado com o maior quantitativo de universidade dentre os demais estados da região Norte, como: Universidade A, Universidade B, Universidade C e Universidade D.

Quanto ao critério intensidade do trabalho, os documentos analisados possuem o seu aspecto regulatório nas leis e decretos sobre o regime institucional de carreira, remuneração e contratação. Quanto à inovação técnico-organizacional pautada nos protocolos elaborados sobre a condição do trabalho docente nas universidades estudadas, definidas temos: a) Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI das instituições universitárias pesquisadas dos 02 últimos quadriênios; e b) editais de contratação para a função docentes nos últimos período de 2016 a 2021.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A despeito observe-se, inicialmente essa contradição sob a ótica da reestruturação da educação superior, na caracterização da movimentação organizacional das IES estabelecidas na Região Norte, conforme o Gráfico 1:



**GRÁFICO 1** – Movimento do total de universidades públicas e privadas na Região Norte (2000-2021)

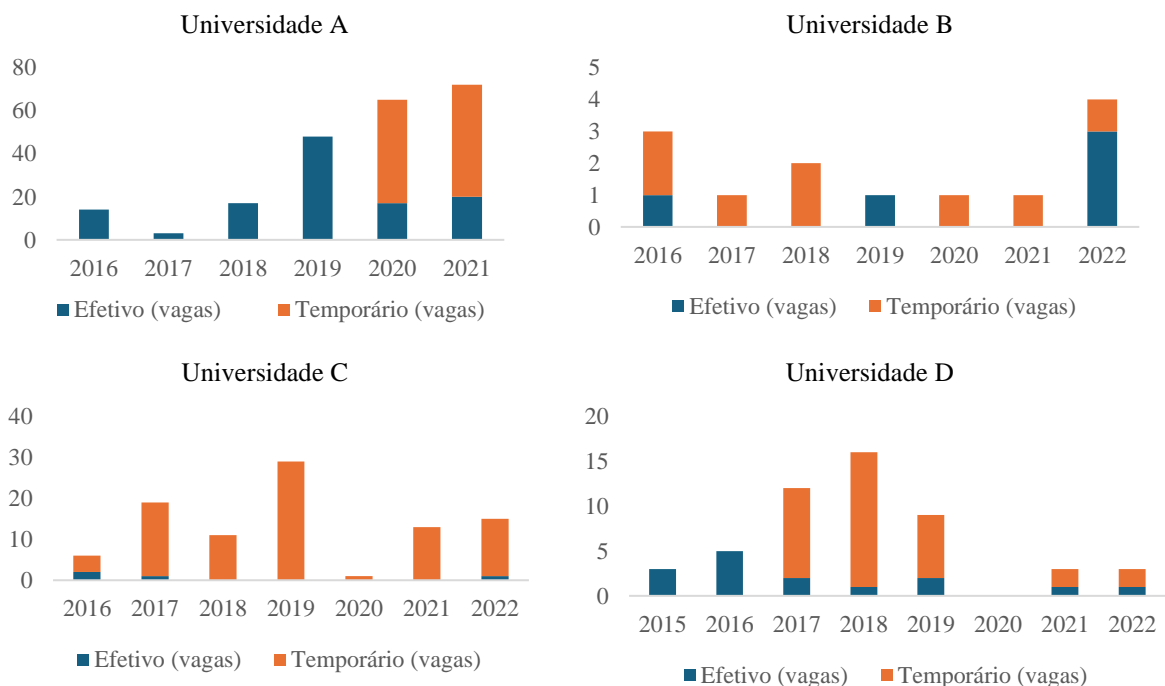
**Fonte:** Dados extraído da sinopse CenSup /INEP/MEC (2022)

A quantidade de universidade públicas federais na região norte é significativa, com um total de dez universidades públicas federais, sendo cinco universidades públicas estaduais, um total de duas universidades privadas e apenas uma universidade municipal, o que representa um extremo contraste para com o total de universidades do país, que tem um total de 68 universidades públicas federais. Isso significa, portanto, para a Região Norte, apenas 14% do resultado total do país. Em se comparando com as demais regiões brasileiras, o Norte encontra-se na última posição.

Quanto à formação lógica da **organização do trabalho**, conforme analisado no protocolo institucional PDI, manual-padrão obrigatório estabelecido pelo Ministério da Educação, com procedimentos institucionais, valores, metas e regra de gestão produzida pelas universidades. Os resultados demonstram uma mudança na composição do trabalho quanto à capacidade de produzir conhecimento nos termos encontrados: modernização organizacional, ampliação acadêmica, recursos informatizados, integração institucional, dentre outros, como respostas estratégicas a serem atendidas. Percebe-se que metas de qualificação profissional não dialoga com as condições salariais, e as questões de carreira não dialogam com as condições laborais. Ou seja, trazem uma organização de mercado quanto à finalidade de objetivos das IES na execução de tarefas, recursos financeiros e estrutura salarial (Amaral, 2003, Alves, 2007).

Essa demonstração de metas e expedientes empresariais propostos, partiu-se para a interpretação de manifestações no comando de ação e os efeitos na subjetividade do trabalho. Por mais relevante que seja ao valor institucional da universidade, o PDI, construído e dialogado com a comunidade acadêmica, limita-se a prospecções objetivas e produtivistas.

Outro fator analisado quanto à formação lógica da **intensidade do trabalho**, o docente seguiu, como parâmetro de análise, o movimento dos editais relativos à contratação de docentes efetivos e temporários junto às universidades pesquisadas, nos anos de 2016 a 2022, conforme



**GRÁFICO 1** – Total de editais de contratação de docente para o quadro efetivo e temporário nas universidades públicas federais no estado do Pará, nos anos de 2016 até 2022

**Fonte:** Resultado da pesquisa (2023)





Os resultados demonstram a intensidade do trabalho em relação à quantidade de editais, na forma de recrutamento e seleção dos concursos realizados, via dispositivos legais, e há de se atentar para a movimentação dos editais com um perfil quantitativo de vagas por contrato temporário. Isso reflete a tensão dos efeitos orçamentários (SIOP, 2022) com a política de ajuste fiscal, o que reverberou no desmonte de recursos nas universidades públicas, limitando a execução de concursos públicos, o que agrega ao processo de trabalho a terceirização, a flexibilização e a precarização, o que sobrecarrega os docentes efetivos, resultando em atividades acumuladas e sua precarização.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O trabalho se propôs a identificar as mudanças no mundo produtivo que associem à racionalidade produtiva das políticas educacionais e seus desdobramentos nas universidades federais, a fim de compreender a reestruturação no trabalho docente e no ambiente organizacional. Para seu entendimento, foram realizadas leituras com o objetivo de relatar a nova ordem do trabalho, o desenvolvimento do conhecimento econômico e da educação superior e seu aparelho de ação social, como metamorfose rápida e intensidade do trabalho vivo, reproduzida nos manuais institucionais, nos salários, na carreira docente e na forma de organização e contratação nas universidades públicas federais no estado do Pará.

A partir das mazelas ideológicas e sociais apresentadas e categorizadas, o aperfeiçoamento da aprendizagem os serviços educacionais e de uma agenda de políticas públicas pautado no trabalho educacional objetivado e voltado aos indicadores do Banco Mundial. 22) Por conseguinte, o estudo revelou indagação no campo da Sociologia do Trabalho, das crises funcionais, bem como as reconfigurações na organização do trabalho, afetando a morfologia do trabalho, de forma geral apresentadas nos manuais (PDI) e editais de contratação. A partir disso o estudo resgata os efeitos quanto ao sentido das relações de trabalho e do seu processo social, o valor de uso e de troca e o tempo necessariamente social desenvolvido pelas instituições de educação superior.

Quanto à discussão periférica, discutiu-se a região da Amazônia, no caso o estado do Pará, as reformas das universidades, adotando-se, como unidade de análise, o sistema toyotismo, por referendar as estruturas organizacionais.

Em decorrência das considerações acima, a fronteira do conhecimento trouxe a questão do projeto histórico-social da educação, as decisões acadêmicas, manuais administrativos e o recrutamento docente em um cenário de precarização, ocasionando subcontratações, criação de cadastro de reserva, emprego temporário, etc.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Giovanni A. P. **Dimensões da reestruturação produtiva: ensaios de sociologia do trabalho**. Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2007.
- AMARAL, Nelson Cardoso. **Financiamento da educação superior: estado x mercado**. São Paulo: Cortez, 2003.
- ANTUNES, Ricardo L. C. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.
- ANTUNES, Ricardo L. C.; PINTO, Geraldo Augusto. **A fábrica da educação: da especialização taylorista à flexibilização toyotista**, São Paulo: Cortez, 2018. E-book Disponível em: <https://play.google.com/books/reader?id=LXdZDwAAQBAJ&pg=GBS.PT1>. Acesso em: 15 ago. 2023.
- BANCO MUNDIAL. **Relatório Construindo Economia do Conhecimento: Oportunidades e desafios para os países candidatos à adesão à EU, 2002**. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/711211468762882607/text/263670PAPER0Using0knowledge0for0dev.txt> 3/34. Acesso em: 20 mar. 2022.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996. Brasília. Presidência da República. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Acesso em 14 jun 2023.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 14 mai, 2022.
- BRASIL. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. 2004. Brasília, Presidência da República. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.861.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.861.htm). Acesso 04 jul 2023.
- BRASIL. **Lei nº 12.863, de 24 de setembro de 2013**. Altera a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; altera as Leis nºs 11.526, de 4 de outubro de 2007, 8.958, de 20 de dezembro de 1994, 11.892, de 29 de dezembro de 2008, 12.513, de 26 de outubro de 2011, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 91, de 28 de agosto de 1935, e 12.101, de 27 de novembro de 2009; revoga dispositivo da Lei nº 12.550, de 15 de dezembro de 2011; e dá outras providências. 2013. Brasília, Presidência da República, 2013. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/112863.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112863.htm) Acesso em 10 ago 2022.
- BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, Presidência da República. 2020. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm). Acesso em: 10 ago 2022.
- DOWBOR, Ladislau. **O capitalismo se desloca**. Edições Sesc, 2020. Disponível em: <https://dowbor.org/wp-content/uploads/2020/05/Dowbor-O-capitalismo-se-desloca-Edicoes-SescSP-2020.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2023.



GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação: um estudo introdutório**. 9. ed. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1995.

GUILE, David. O que distingue a economia do conhecimento? Implicações para a educação. **Cadernos de Pesquisa[online]**, v. 38, n. 135, 2008. p. 611-636. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/v3wpQZg4SqVy5RKn7DjgKGj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 fev. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2021**. Brasília: Inep, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-superior-graduacao>. Acesso em: 10 dez. 2021.

MANCEBO, Deise. FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. (Orgs.). **UNIVERSIDADES. Políticas, avaliação e trabalho docente**, São Paulo, Cortez, 2004

MARX, Karl. **O capital capítulo.VI**. Inédito. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

MARX, Karl. **Grundisse. Manuscritos econômicos de 1857-1858 esboços da crítica da economia política**. 2011. Boitempo. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/208/o/Karl\\_Marx\\_-\\_Grundisse\\_\(boitempo\)\\_completo.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/208/o/Karl_Marx_-_Grundisse_(boitempo)_completo.pdf). Acesso em: 10 dez 2021

MARX, Karl. **O capital. crítica da economia política. Livro I. O processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013. Disponível em: <https://coletivocontracorrente.files.wordpress.com/2013/10/tmpsq7jbv.pdf> Acesso em: 14 dez. 2021.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método em Marx**. São Paulo: Popular, 2011.

NORMAND, Romualdi. A modernização “eficaz” da profissão de professor confrontada às novas políticas de accountability. **Revista da FAEBA**, Salvador, v. 27, n. 53, p. 1-278, set./dez. 2018. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/faeaba/v27n53/2358-0194-faeaba-27-53-18.pdf>. Acesso 20 abr. 2023

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século 20: taylorismo, fordismo e toyotismo**. 2. ed. São Paulo: Expresso Polar, 2010.

PINTO, Geraldo Augusto. Gestão Global e Flexível. Trabalho local e adoecido. *In*: ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II**. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 165-181, 227.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis. SGUISSARDI, Valdemar. **Novas faces da educação superior no Brasil**, São Paulo, Cortez, 2001.

SILVA JÚNIOR, João R. Universidade e mundo do trabalho: aproximações para uma discussão teórica. *In*: MOLLI, Jaqueline Moll; SEVEGNANI, Palmira (org.). **Universidade e mundo do trabalho**, Brasília, 2006, p. 61-108. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/temas\\_da\\_educacao\\_superior/universidade\\_e\\_mundo\\_do\\_trabalho.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/temas_da_educacao_superior/universidade_e_mundo_do_trabalho.pdf). Acesso 30 jul. 2023.

SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO (SIOP). **Série Histórica Orçamentária das IFES no Brasil por PPA**. 2022. Disponível em: <https://www1.siop.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opensoc.htm?document=IAS%2FExecu>



cao\_Orcamentaria.qvw&host=QVS%40pqlk04&anonymous=true&sheet=SH06>. Acesso 30 jul. 2023

SOTELO VALENCIA, Adrian. **A estruturação do mundo do trabalho: superexploração e novos paradigmas da organização do trabalho.** Uberlândia: EDUFU, 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA- UFRA. **Concurso Público.**

Disponível em:

[https://concursopublico.ufra.edu.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=76&Itemid=262](https://concursopublico.ufra.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=76&Itemid=262). Acesso 12 de jun. de 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA- UFRA. **Plano de Desenvolvimento Institucional -PDI.** Disponível em :

[https://propladi.ufra.edu.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=144&Itemid=293](https://propladi.ufra.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=144&Itemid=293). Acesso em 12 de jun. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA. **Centro de Processos Seletivos – CEPS.**

Disponível em: [ceps.ufpa.br/docentesufpa/index.php](https://ceps.ufpa.br/docentesufpa/index.php). Acesso 19 jun. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA. **Plano de Desenvolvimento Institucional -PDI.** Disponível em : <https://pdi.ufpa.br/index.php> Acesso 19 jun. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDOESTE DO PARÁ – UNIFESSPA. **Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos – SIGRH.** Disponível em:

<https://sigrh.unifesspa.edu.br/sigrh/public/home.jsf> . Acesso em: 12 jun. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDOESTE DO PARÁ – UNIFESSPA. **Plano de Desenvolvimento Institucional -PDI.** Disponível em:

<https://seplan.unifesspa.edu.br/pdi.html> .Acesso em 12 jun 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ – UFOPA. **Concursos.** Disponível em:

<https://www.ufopa.edu.br/concursos/> . Acesso em: 20 mai. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ – UFOPA. **Plano de Desenvolvimento Institucional -PDI.** Disponível em: :

<https://www.ufopa.edu.br/proplan/gestao-institucional/pdi/>. Acesso 20 mai 2023.